

Entrevista

José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza por Marcos Cripa

EM NOME DA TERRA

Fotos: Daniel R. Garcia

José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza conheceram-se no Estado do Espírito Santo. Envolvidos na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), percorreram vários estados brasileiros antes de se fixarem no Pontal do Paranapanema, área de maior conflito agrário no Estado de São Paulo e onde as ocupações prometem recrudescer em 96. Filhos de lavradores pobres, eles vivem em função da luta pela terra. Em novembro de 1995, Diolinda e Márcio Barreto, outro militante do movimento, ficaram 17 dias presos no complexo penitenciário do Carandiru. Neste mesmo período, com a prisão preventiva decretada, Rainha e Laércio Barbosa, também do MST, permaneceram foragidos. Todos são acusados de formação de quadrilha e bando pelo juiz da comarca de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo. Quatro dias após deixar o Carandiru e da revogação do mandado de prisão, Diolinda e Rainha iniciaram uma marcha de 100 quilômetros com mais 1.500 sem-terra, que terminou dia 24 de novembro em Presidente Prudente. Na manhã seguinte, em Teodoro Sampaio, onde moram com o filho João Pedro, de 2,5 meses, eles concederam entrevista à Revista Adusp.



Adusp - Rainha, como é que você iniciou suas atividades no Movimento Sem-Terra?

Rainha - Nasci no interior do Espírito Santo, na cidade de São Gabriel. Ali fui crescendo, sempre trabalhando na terra, mas como éramos camponeses pobres, ficávamos meeiros de café. Lembro de um período em que a minha família chegou a ter um pedaço de terra, comprada com muito esforço. Depois, perdemos para o Banco do Brasil. Isso foi entre 76 e 77. Em 1978 entra o conhecimento da causa social, dos problemas que enfrentamos até hoje. Sempre trabalhando na roça, aprendi a ler aos 15 anos de idade. Nunca fui à escola. Aliás, ninguém da minha família estudou. Alguns dos que foram à escola, muito mal aprenderam a ler e escrever. Ninguém teve escolaridade boa. Eu particularmente nenhuma.

Adusp - Por que a sua família perdeu a terra?

Rainha - Nós tínhamos um alqueire e meio, que foi comprado financiado. Como meu pai não teve como pagar o banco, teve de vender. Plantávamos café e o básico para a sobrevivência: milho, feijão, arroz, mandioca, e criávamos galinhas e porcos.

Adusp - Qual é o sentimento de perder a terra?

Rainha - É como se alguém tivesse pego uma parte da vida da gente, porque naquela terra nós tínhamos espaço para trabalhar. Nós sabíamos que aquilo era nosso, sabíamos que teríamos futuro. E quando você perde, é como se tivesse perdido parte da vida. Depois desse período, voltamos a trabalhar como meeiros e tudo aquilo que era produzido tinha de ser dividido com o patrão. Aí você sente o que é exploração.

Adusp - Diolinda, a sua família também é do Espírito Santo e camponesa, como é que você entrou para o MST?

Diolinda - Meus pais sempre trabalharam como meeiros para os fazendeiros, principalmente dos municípios de Montanha e São Mateus. Eu estudava e a única coisa que a gente podia fazer era ir à missa. Enfim, estar dentro do processo religioso. Mas era uma vida difícil porque além de pouco, tudo o que você colhia tinha de ser dividido. Foi em 1985 que conheci o Movimento Sem-Terra com a proposta de Reforma Agrária. Minha

Não dá para falar em Reforma Agrária nessa região se não se falar da mudança do ponto de vista ideológico da política. O Estado tem que acompanhar o processo (...) É preciso investir em projetos de irrigação, conservação do solo e, principalmente, atrair o mercado.

mãe participou de todas as reuniões e me incentivou a participar. Em outubro daquele mesmo ano ocupamos a primeira fazenda no Estado do Espírito Santo. Larguei a escola, as missas e abracei a causa. Naquela ocasião, tirando o meu pai que estava doente e um irmão que ficou para cuidar dele, a minha família foi inteira para a ocupação. Aí foi aquele período de ocupa/desocupa/ocupa novamente, até que no final de 86 minha família foi sorteada e assumiu definitivamente um pedaço de terra. Isso, para uma família de bóias-frias, foi o máximo. Ela continua em cima da terra, cuidando do café, da lavoura de coco da Bahia, do feijão e do milho. Temos também uma casa. Quer dizer, onde viver e onde morar minha família tem.

Adusp - Essa é uma experiência de assentamento que deu certo?

Diolinda - Aquela era uma área de pesquisa de aproximadamente 100 alqueires. Acontece que naquela época só se faziam pesquisas de maracujá em um alqueire e meio. Nada mais. Hoje a área é coberta de pimenta do reino e de café. É realmente uma experiência que deu certo. Nós temos uma cooperativa de produção já com caminhões, carros pequenos e telefone. Tem estrutura em relação ao abandono que existia antes.

Adusp - Rainha, gostaria que você descrevesse a realidade do Pontal. Qual o volume de terra passível de ser destinada à Reforma Agrária e o número de pessoas que precisa de terra para trabalhar.

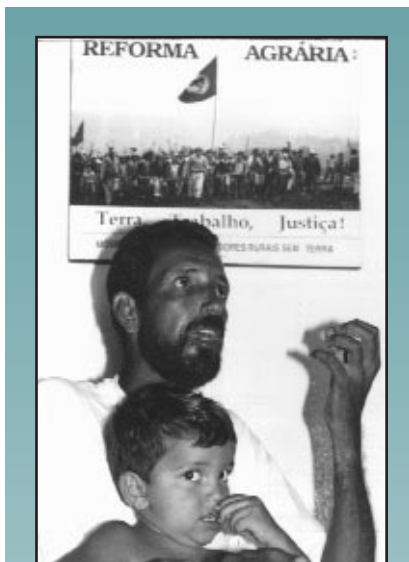
Rainha - O volume de terra do Estado soma 914 mil hectares e o número de famílias se aproxima de 30 mil. Estamos fazendo o cadastramento e é possível que esse número chegue a 50 mil. É provável que dentro de seis meses tenhamos esses dados nas mãos. Depois do cadastramento, significa um prazo de dez a quinze anos para fazer um processo completo de Reforma Agrária. Agora, não dá para falar em Reforma Agrária nessa região se não se falar da mudança do ponto de vista ideológico da política. O Estado tem que acompanhar o processo. Pode-se até desapropriar as terras, mas se o Estado não investir, não vai haver produção. É preciso investir em projetos de irrigação, conservação do solo e, principalmente, atrair o mercado. Outra coisa é a indústria. Temos de avançar na tecnologia, porque não dá pra você ficar no campo criando a galinha do pescoço pelado e tirando a ce-

bola da horta para fazer a canja da galinha. Quer dizer, é preciso estar aqui com a agroindústria. Nós propomos agroindústria na área da acerola, pra fazer o suco. O leite, é preciso industrializar para aproveitar todos os derivados, a exemplo do requeijão, iogurte, etc. Nesse aspecto, os frigoríficos também vão ter que vir para o Pontal. Tanto para a carne bovina, como para o frango e o porco. Nós temos grandes projetos nessa área. É preciso modernizar a agricultura. Mas essa modernização tem de vir acompanhada do Estado, com a Reforma Agrária e com uma mudança política. Se não houver essa mudança o Pontal também não vai funcionar, não vai dar certo. É preciso que haja mudanças profundas na estrutura do Estado.

Adusp - A realidade é que o Estado não tem demonstrado interesse em desenvolver essas políticas.

Rainha - Isso porque o Estado é burguês e está comandado por meia dúzia de pessoas da classe dominante que nunca olhou pelo país. É por isso que eu digo que a Reforma Agrária deve ser uma bandeira de luta da sociedade. E aí estou falando da classe média e de setores que compõem a sociedade como um todo. A sociedade tem de participar para implantarmos mudanças estruturais. Não acredito que seja uma coisa assim tão simples. Mas você pode fazer a Reforma Agrária democrática, pacífica, depende deles, como se pode fazê-la num processo revolucionário. Isso não é uma vontade política nem uma determinação ideológica. Para mim, isso é a realidade e as condições objetivas e subjetivas dadas num determinado momento.

Adusp - Nesse sentido, as ocupações e o crescimento do Movimento Sem-Terra contribuem para forçar o Estado a implementar essa transformação?



Podem dizer que somos vagabundos, mas a verdade é que, nos assentamentos que fizemos o pessoal come, bebe e vive decente. Ou seja, resolveu-se o problema do emprego, da fome, da marginalização, da violência e dos assassinatos de crianças. Estamos gerando empregos.

Rainha - Contribuem, ou então você pode sentir outro golpe igual ao de 64. Mas a verdade é que a história não se repete. E se se repetir será como farsa. Hoje nós estamos vendo que a sociedade está atenta ao que acontece. Basta ver o exemplo do que ocorreu em Presidente Prudente, onde o bispo da igreja católica dizia: "Aqui o Movimento Sem-Terra não entra". Aí vieram as Comunidades Eclesiais de Base e passaram a apoiar o nosso movimento, o mesmo ocorrendo com as associações

de bairro. Se estes setores se mobilizam, vão para as ruas, a coisa muda neste país. Acredito que a Reforma Agrária vai ser o estopim dessa mudança. É por isso que as classes dominantes usam os meios de comunicação para difamar as lideranças do movimento. Hoje nos passamos por vagabundos, assassinos, formadores de quadrilha e pessoas que maltratam as crianças. A imprensa burguesa trata de colocar essa opinião para a sociedade de uma forma dividida: é ou não assassino?, maltrata ou não as crianças? Um dos grandes aparelhos do Estado são os meios de comunicação. Eis o papel fundamental que têm os movimentos sociais nesse processo. O movimento sindical tem de cumprir o papel dele, assim como o movimento estudantil, juntamente com os outros setores que compõem a sociedade.

Adusp - E você acha que estes setores estão sensíveis ao problema agrário brasileiro?

Rainha - Está começando, porque, na realidade, é uma necessidade. Como eu disse, a história não se repete. Hoje ela é outra, o Brasil tem 32 milhões de pessoas passando fome. Podem dizer que somos vagabundos, mas a verdade é que, nos assentamentos que fizemos o pessoal come, bebe e vive decente. Ou seja, resolveu-se o problema do emprego, da fome, da marginalização, da violência e dos assassinatos de crianças. Estamos gerando empregos. A classe dominante e, principalmente, a classe média não agüenta mais ver os seus filhos seqüestrados, tendo o tênis roubado. Eles estão até criando as Alphavilles, os grandes condomínios fechados, exatamente com medo disso tudo. É uma sociedade que está refém de tudo que ela mesma criou. Então, a Reforma Agrária é uma questão de tempo.

Adusp - É por isso que alguns setores não tão progressistas apoiam a Reforma Agrária?

Rainha - Exatamente, a sociedade apóia a Reforma Agrária. A divergência que ela tem com o MST é na forma. A ocupação da terra é o que diverge. A ocupação é que intimida. Ocorre que é obrigação do Estado fazer a reforma, isso está na Constituição. Mas o Estado está a serviço de uma minoria e não tem interesse em resolver esta questão. Então, nós partimos para a ocupação, uma coisa que a sociedade ainda não assimilou. Agora, no dividir a terra, no gerar empregos e resolver o problema da fome, nós já conseguimos sensibilizar a sociedade. É preciso ter claro que o nosso interesse não é o de aparecer na imprensa. Nosso interesse é o de fazer a Reforma Agrária, aparecendo em cima de um trabalho concreto. Por isso, firmamos um acordo com o governo de São Paulo de não fazermos ocupação. Em contrapartida, o Estado faz os assentamentos programados para 1995. Se ele não cumprir a parte no acordo, nos cabe ocupar as terras novamente.

Adusp - O que esperar do governador Covas e do presidente Fernando Henrique, na questão da Reforma Agrária?

Rainha - Se você olhar a história, espera-se muito. O Covas tem história. Agora, o governador Mário Covas é uma coisa e o governo é outra. A composição é muito ruim. Então, tenho poucas esperanças. O presidente Fernando Henrique também tem história, tem princípios, que eu respeito muito. Acho que ele tem vontade de fazer a Reforma Agrária. Por outro lado, o governo de Fernando Henrique é muito ruim. Quem dita regras não é ele nem o PSDB. Infelizmente é o Antônio Carlos Magalhães. O governo federal não vai cumprir a meta dos 40 mil assentados a

cada ano porque, no Congresso, não vai conseguir respaldo. Então, pouco se tem a esperar.

Adusp - Mas eles possuem o poder de governo. E nesse caso o comprometimento histórico, tanto do Covas como do FHC, não deveria ser traduzido em ações práticas?

Rainha - É por isso que eu digo que é preciso reformular o Estado. O Estado é uma correlação de forças para a classe dominante. Senão, vejamos: o Judiciário é da classe dominante;



o Estado como poder ideológico é da classe dominante; o exército e as polícias (civil e militar) são da classe dominante. Tem de haver uma reforma no Judiciário. Tem que acabar com as polícias militar e civil e criar uma polícia descente. Existem mudanças que se fazem no processo democrático e que o governo tem de implementar. A questão é que os políticos no Brasil, em sua maioria, são corruptos e se elegem com dinheiro do próprio Estado, contra tudo que existe de sério e de ético.

Adusp - Você diz que o Judiciário e as polícias civil e militar estão a serviço das classes dominantes. Baseado nisso, é possível afirmar que estão tentando criminalizar o Movimento Sem-Terra?

Rainha - Mais do que criminalizar, eles vão tentar, agora, assassinar mesmo. Eles vão fazer pior do que fizeram em 64. Eles vão botar lideranças na cadeia. O que o delegado de Sandovalina faz contra as lideranças do MST no Pontal é a maior vergonha. Não existe isso no Código Civil, no Código Penal. Trata-se de uma ofensiva contra o MST.

Adusp - O Judiciário está à disposição das elites?

Rainha - Sim, está mandado e comprado por uma questão ideológica para defender o poder. O Judiciário é o que temos de mais reacionário nesse país, infelizmente. Se não houver mudanças nessa área, vamos avançar pouco na Reforma Agrária.

Adusp - Que mudanças poderiam ser feitas no Judiciário?

Rainha - A sociedade tem de ter um controle que hoje não existe. O juiz tem um poder autônomo. Ele pode tomar uma decisão arbitrariamente, sem ouvir as partes. Basta um delegado achar que você é bandido para que, no outro dia, o juiz decreta sua prisão preventiva. Não se consegue diferenciar a situação social da questão criminal. Isso tem que ser diferenciado. O judiciário trata de uma mesma forma os problemas gerados por uma greve, uma ocupação de terra e o abandono das crianças de rua. Nessas situações todos são tratados como marginais. Esse Código Civil tem de ser rasgado.

Adusp - No ano de 95, o MST foi acusado de abrigar guerrilheiros do Sendero Luminoso e de receber treinamento em Cuba.

Além disso, são atribuídos assassinatos a líderes do movimento. O que o governo pretende com isso?

Rainha - Penso que ele quer criar pânico e criar divergência na sociedade. Esse é o único objetivo. E isso tudo para não fazer a Reforma Agrária. Mas o tiro saiu pela culatra porque contra essa realidade toda não adianta o governo fazer discursos. Como é que ele vai tapar os olhos; são mais de 32 milhões de pessoas passando fome. Não adianta o governo vender uma imagem de modernidade lá fora e gastar R\$ 4 bilhões do Estado para fundir bancos. Como é possível falar em moderno se tem gente passando fome; como falar em país desenvolvido se milhares de crianças vivem pelas ruas. Ora, que modernidade é essa!

Adusp - Diolinda, você enfrentou, recentemente, as arbitrariedades a que o Rainha se referiu. Como é que você analisa esta questão?

Diolinda - Vejo como uma questão política. A minha prisão não foi simplesmente porque eu estava envolvida num processo na Justiça. Essa é a justificativa deles. A prisão se deu porque estou envolvida num movimento de organização dos trabalhadores para a conquista da Reforma Agrária. A prisão se deu exatamente pelo fato de o Poder Judiciário estar à disposição dos fazendeiros.

Adusp - Como você se sentiu ao ser separada do filho, algemada e acusada de formação de quadrilha?

Diolinda - Eu tinha muito claro que, como não devia nada, deveria enfrentar a situação com tranquilidade. Evidente que encarava a prisão como ela deve ser encarada, mas ao mesmo tempo tinha a consciência limpa e a certeza de que a mentira tem as pernas curtas, como teve. Naquele momento, quem deu a resposta não foi somente o MST, mas sim a sociedade. Entendo que eles

Vejo a minha prisão como uma questão política (...) Naquele momento, quem deu a resposta não foi somente o MST, mas sim a sociedade. Entendo que eles não prenderam a Diolinda, mas sim a luta. Eles prenderam a Reforma Agrária.



não prenderam a Diolinda, mas sim a luta. Eles prenderam a Reforma Agrária.

Adusp - Alguns atribuem a repercussão de sua prisão à arbitrariedade, outros ao fato de você ser mulher, e outros, ainda, ao emocional da separação de seu filho. Você acredita que se fosse com o Rainha a repercussão seria a mesma?

Diolinda - Acho que repercutiria sim. O que está em jogo não é a pessoa, é a luta pela Reforma Agrária. Agora, sem dúvida, a separação de mãe e filho marca dentro da sociedade.

Adusp - Rainha, nesse mesmo período você esteve foragido, porque sua prisão preventiva também fora decretada. Como é que foi comandar o movimento da clandestinidade?

Rainha - Minha grande preocupação era não conseguir manter contato com as principais lideranças do movimento. Nesse sentido, foi um exercício importante. Uma coisa é você estar livre; a outra é você exercer a capacidade de coordenar, de liderar internamente, sem a mesma liberdade anterior.

Adusp - Isso demonstra que o movimento tem organização.

Rainha - Acho que o movi-

mento tem muitas dificuldades. Temos uma organização suficiente para tentar lutar e conquistar a terra, para fazer a Reforma Agrária não. Para fazermos a reforma precisamos criar um movimento mais organizado, com comitês em todas as cidades. É preciso que nas grandes cidades os setores organizados criem Comitês de Defesa da Reforma Agrária e, depois, é necessário que esses comitês se espalhem por outras regiões. Acredito que teríamos, dessa forma, uma organização mais eficiente para fazermos a luta pela terra. A nossa principal defesa é o povo organizado.

Adusp - O MST tem uma estratégia para a criação desses comitês?

Rainha - No primeiro semestre de 96 pretendemos implantar esses comitês na principais cidades do interior para, no segundo semestre, atuarmos nas capitais. Esse é um processo que tem de envolver os metalúrgicos, os bancários, os professores, os estudantes, etc. Se a sociedade participar, cria-se um movimento irreversível de Reforma Agrária no Brasil. Aí o Estado não terá saída.

Adusp - Você falou em dificuldades do movimento, é possível que haja desmobilização?

Rainha - De forma nenhu-



ma. Para desmontar o movimento hoje, eles têm de dar o golpe de Estado. E mesmo assim não conseguirão. Vão ter muitas dificuldades.

Adusp - Vocês fizeram, em São Paulo, um acordo com o governo Covas de não fazer ocupações até o final de 1995. Isso não significa recuo ou desmobilização?

Rainha - Isso faz parte da nossa estratégia de avançar e recuar. É a lógica da guerra. Naquele momento eu estava na clandestinidade e outras lideranças estavam na cadeia. O momento exigia um passo atrás. Agora, o Covas que se cuide e trate de cumprir a parte dele no acordo, porque em fevereiro, você conhece os acampamentos, temos condições de mobilizar três mil famílias. Se ele não fizer a parte dele, vamos ocupar as terras e a luta vai se acirrar. Agora, queremos que a luta se acirre, se chegar a tal ponto, mas com a participação do po-

vo. Se jogarmos três mil famílias nas terras do Pontal, está dado o passo irreversível e não terá ação de despejo que vá conseguir retirar esse pessoal.

Adusp - Presidente Prudente foi palco de uma manifestação promovida pelos fazendeiros, batizada de “Defesa da Paz pelo Campo, a Ordem e o Progresso”, o que significa que o latifúndio também está se organizando.

Rainha - Eles querem a paz e o progresso colocados na cabeça do boi, no cano das carabinas, na violência no campo, no domínio da propriedade, no cerco das lideranças e nas prisões. Essa é a paz desse pessoal. Paz e progresso no vocabulário dos latifundiários quer dizer tudo isso. É o domínio, a exploração e a miséria.

Adusp - E a paz e o progresso no entendimento do MST?

Rainha - Justiça social, divisão da terra, divisão do pão na mesa de cada pessoa, respeito aos direitos de cidadão e respeito aos direitos humanos.

Adusp - Em 96 teremos eleições e os partidos, indistintamente, irão, novamente, apoiar a Reforma Agrária durante a campanha. Depois, a maioria dos eleitos afasta-se do problema. O que é preciso fazer para alterar essa realidade.

Rainha - É preciso entender que os partidos de direita estão na deles, já que o Brasil tem 90 milhões de pobres. Eles tem de ter propostas para os pobres, propostas enganadoras. Agora, compete à esquerda fazer um trabalho conscientizador, de base, junto à população. Se qual-

quer partido de esquerda não agir desta forma, será entendido como outro qualquer. As esquerdas no Brasil cometem um grande erro, um equívoco, ao abandonar o trabalho de base. As esquerdas elegem deputados e esses deputados se esquecem das bases. E o que é pior, suas assessorias nos estados estão voltadas ao debate no parlamento. No campo deles nós perdemos todas. No dia que ganharmos, significa que a classe dominante é muito burra ou está esfacelada. Mas isso nunca aconteceu na prática. E não significa que eu seja contra o parlamento. Sou a favor, o espaço é muito importante. Mas, o deputado deve fazer do mandato um instrumento de luta dos trabalhadores. E isso poucos fazem.

Adusp - Essa crítica é extensiva ao movimento sindical?

Rainha - O movimento sindical também esqueceu-se desse trabalho de base. O erro está aí. Não existe uma crise maior do que essa que estamos vivendo em toda a história do Brasil e os sindicatos não conseguem reagir. A direita fez mudanças no exato momento que os movimentos sociais, e aí se incluem os sindicatos, estão numa grande morosidade e em crise interna. Infelizmente, o único debate que se tem colocado em nível nacional é o da Reforma Agrária. Se o MST tivesse caído no mesmo erro que caiu o movimento sindical, aí sim estaríamos perdidos. E essa desarticulação não ocorre apenas no Brasil. Você pode pegar o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai e vai ver que não existem movimentos sociais com grande expressão. E olha que todos passaram pela ditadura militar. Por isso, insisto em dizer que o problema fundamental dos movimentos sociais de esquerda está colocado na organização do povo. Isso é uma questão fundamental.